

VIVÊNCIA ACADÊMICA EM SAÚDE INDÍGENA: REFLEXÕES A PARTIR DE UMA RODA DE CONVERSA NO MESTRADO EM ENFERMAGEM

Marcio Katánh Manoel Antonio ¹

Aloma Enae Rodrigues Pinheiro ²

Alexia Tailine Etges ³

Daniela Savi Geremia ⁴

¹ Acadêmico do curso de graduação em Enfermagem - Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS. Pedagogo - Universidade Norte do Paraná - UNOPAR. Bacharel em Direito - Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA. Pós graduação “Lato Sensu” em Orientação e Supervisão Escolar - Faculdade UNINA. E-mail: marciokatanh@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0940-336X>

² Acadêmica do curso de graduação em Enfermagem. Universidade Federal da Fronteira Sul. E-mail alomapinheiro15@gmail.com. Orcid <https://orcid.org/0000-0000-6007-7745>

³ Enfermeira. Mestranda em Enfermagem. Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS. E-mail: alexiatil.etges@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1783-5763>

⁴ Enfermeira, Doutora em Saúde Coletiva. Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS. Pós-doutoranda em Enfermagem pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Bolsista FAPESC. E-mail: daniela.geremia@uffs.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2259-7429>

RESUMO EXPANDIDO

Introdução: A Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI) constitui-se como uma das estratégias fundamentais para a garantia do direito à saúde dos povos indígenas no Brasil, foi estabelecida a partir da necessidade de assegurar atendimento diferenciado, integral e universal. Criada em 1999 por meio do Decreto nº 3.156 e da Lei nº 9.836, a PNASPI representa o reconhecimento da diversidade cultural, social e étnica existente no país, orientando a criação de um subsistema de atenção à saúde específico dentro do Sistema Único de Saúde (SUS). Seu objetivo principal é assegurar que os povos indígenas tenham acesso a cuidados de saúde em consonância com suas particularidades, articulando os saberes tradicionais e as práticas biomédicas. Essa política é operacionalizada por meio da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), criada em 2010, e estruturada em Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), responsáveis pela organização regional da atenção primária e pela promoção da saúde intercultural. Atualmente o Brasil possui 305 etnias indígenas reconhecidas que falam 274 línguas diferentes, totalizando mais de 1,6 milhão de indígenas pelo país, segundo os dados do Censo Demográfico de 2022, evidenciando a complexidade e diversidade cultural nacional que exige políticas públicas efetivas e descentralizadas (Brasil, 2018). Diante deste cenário, a formação de profissionais da saúde sensíveis às especificidades dos povos

indígenas torna-se imprescindível. A enfermagem, como profissão que atua diretamente no cuidado e na promoção da saúde, tem papel central na redução das desigualdades e na valorização da diversidade cultural. Também vale ressaltar a importância de atividades acadêmicas que promovam reflexão crítica, sensibilização e construção de competências voltadas à equidade em saúde.

Objetivo: Relatar a experiência acadêmica de um discente indígena do curso de Enfermagem da UFFS – Campus Chapecó/SC na disciplina eletiva 'Promoção da saúde a grupos vulneráveis em região de fronteira', destacando aprendizagens, desafios e contribuições para a prática em saúde indígena. **Metodologia:** trata-se de um relato de experiência de um estudante de Enfermagem que participou de uma atividade vinculada à disciplina eletiva “Promoção da saúde a grupos vulneráveis em região de fronteira”, ofertada no âmbito do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da UFFS, campus Chapecó - SC, no primeiro semestre letivo de 2024. A atividade em questão ocorreu no dia 03 de junho de 2024, consistindo em uma roda de conversa intitulada “Promoção da saúde a grupos vulneráveis: um olhar para os povos indígenas”. O espaço reuniu aproximadamente 13 alunos e docentes da pós-graduação em Enfermagem, em um encontro com duração de 50 minutos, que proporcionou um ambiente de diálogo e construção coletiva do conhecimento, realizado no Campus da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), em Chapecó. O método didático “roda de conversa” possibilitou que diferentes perspectivas fossem compartilhadas, permitindo aos discentes uma vivência de aprendizagem ativa, centrada na interação e na reflexão crítica sobre as condições de saúde dos povos indígenas e as estratégias de promoção da equidade. Foram utilizados apenas slides para a apresentação, nos quais os participantes podiam intervir com perguntas relacionadas aos conteúdos expostos. O papel do participante consistia em explicar os tópicos em destaque sobre saúde indígena e, a cada questionamento realizado pelos(as) mestrandos(as), respondia de forma imediata, favorecendo a construção coletiva do saber. **Resultados e Discussão:** a experiência proporcionou a integração de discussões entre o discente da graduação e da pós-graduação mestrado em Enfermagem na sensibilização e compreensão ampliada sobre os desafios enfrentados pelos povos indígenas no acesso à saúde, com destaque à necessidade de considerar aspectos culturais, espirituais, territoriais e sociais para as convergências de saberes no cuidado em saúde. A atividade evidenciou que a lógica biomédica, isoladamente, é insuficiente para atender às demandas dessa população, sendo fundamental integrar práticas tradicionais de cuidado, baseadas em saberes e tradições locais, com respeito à autonomia das comunidades indígenas. A roda de conversa também trouxe à tona as barreiras estruturais enfrentadas por essas populações, como a distância geográfica dos serviços, a insuficiência de recursos humanos e materiais e a persistência de

preconceitos e estigmas sociais que dificultam o pleno exercício do direito à saúde. Pôde-se observar que a participação em atividades acadêmicas que abordam a saúde indígena contribui para a formação de um olhar crítico e sensível, preparando os futuros mestres para atuarem na prática profissional dos serviços de saúde e na formação de novos enfermeiros de forma ética, inclusiva e comprometida com a diversidade cultural. A atividade também permitiu a troca de diálogos no grupo para compreender o papel estratégico da enfermagem na promoção da equidade em saúde, reforçando a importância do vínculo, do respeito e da comunicação intercultural na prática profissional. Além disso, os participantes mostraram-se participativos, compreensivos e receptivos diante do assunto abordado, contribuindo de forma significativa para o diálogo e a construção coletiva do conhecimento. É importante destacar que o convite para a realização da roda de conversa foi feito pelos próprios discentes do mestrado em Enfermagem, evidenciando o engajamento e a iniciativa estudantil na promoção da saúde indígena. A participação do acadêmico indígena mostrou-se de extrema relevância, pois permitiu trazer uma realidade mais próxima da cultura indígena, da prática da medicina tradicional, das atuações dos profissionais da atenção primária, do papel dos Pólos Base da SESAI e das atribuições legais do DSEI Interior Sul. Considera-se que a presença de um sujeito indígena nesse espaço amplia a compreensão do tema estudado, oferecendo aos mestrandos e docentes um conhecimento mais enraizado na vivência da saúde indígena. O convite realizado ao acadêmico indígena evidencia a valorização dos saberes tradicionais, demonstrando a importância da integração entre a cultura indígena e a formação acadêmica em saúde.

Contribuições do trabalho em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: a vivência relatada neste estudo está diretamente alinhada ao ODS 3 - Saúde e Bem-Estar, em especial à meta 3.8, que busca “alcançar a cobertura universal de saúde, incluindo proteção contra riscos financeiros, acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e acesso a medicamentos e vacinas seguros, eficazes e de qualidade”. O relato contribui à reflexão sobre a necessidade de inclusão das populações indígenas nos serviços de saúde de forma equitativa, fortalecendo práticas que reduzam barreiras de acesso e respeitem suas especificidades culturais. Além disso, a experiência também se relaciona ao ODS 10 - Redução das Desigualdades, notadamente à meta 10.2, que visa “empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião ou condição econômica ou outra” e à meta 10.3, que discorre sobre “Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito”. Nesse sentido, ao promover a formação de profissionais conscientes da diversidade étnica

e preparados para atuar em contextos interculturais, o trabalho contribui para a redução das desigualdades em saúde, reforçando os princípios da justiça social e da equidade. Ademais, pode-se destacar que a atividade relatada se conecta também ao ODS 4 - Educação de Qualidade, mais especificamente à meta 4.7, que propõe “assegurar que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, incluindo, entre outros, por meio da educação para a cidadania global, valorização da diversidade cultural e contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável”. A vivência descrita insere-se nesse contexto ao proporcionar um aprendizado pautado no respeito à diversidade cultural e na valorização dos saberes tradicionais, ampliando a formação acadêmica dos discentes.

Considerações Finais: Pode-se inferir que a experiência vivida em roda de conversa sobre saúde indígena foi fundamental para o processo de formação do graduando e dos discentes do mestrado em Enfermagem, proporcionando um olhar ampliado sobre as especificidades e desafios enfrentados por esses povos na área da saúde. O relato da integração entre atenção à saúde indígena, as perspectivas culturais e as práticas biomédicas evidenciam a relevância da inserção de temas relacionados à saúde indígena no currículo da graduação e da pós-graduação em Enfermagem. Isso, pode permitir que os futuros profissionais sejam formados com competências voltadas à equidade, à inclusão e ao respeito à diversidade cultural com a integração ensino-serviço desde a formação. A experiência também demonstra que espaços de diálogo e aprendizagem coletiva são estratégicos para sensibilizar e capacitar os estudantes, contribuindo para a construção de práticas de saúde mais humanizadas, culturalmente competentes e socialmente justas. Desta forma, o relato não apenas contribui para a formação acadêmica individual, mas também reforça a necessidade de políticas públicas de saúde cada vez mais inclusivas e interculturais. Ao alinhar-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a experiência fortalece a perspectiva de que a formação em saúde deve ir além da técnica, abrangendo dimensões éticas, sociais e culturais, de modo a preparar profissionais comprometidos com a transformação social e com a redução das desigualdades.

Descritores: Saúde Indígena; Mestrado em Enfermagem; Promoção da Saúde; Povos Indígenas; Educação em Saúde.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção à Saúde Indígena. **Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_saude_indigena.pdf. Acesso em: 19 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.836, de 23 de setembro de 1999**. Dispõe sobre o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 set. 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19836.htm. Acesso em: 19 ago. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 3.156, de 27 de agosto de 1999**. Dispõe sobre as condições para a prestação de assistência à saúde dos povos indígenas, no âmbito do Sistema Único de Saúde. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 ago. 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3156.htm. Acesso em: 19 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI). **Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas**. Brasília: MS, 2018. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_saude_indigena.pdf. Acesso em: 19 ago. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022: População indígena**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/42277-censo-2022-mais-da-metade-da-populacao-indigena-vive-nas-cidades>. Acesso em: 20 ago. 2025.

Eixo: Formação e práticas de cuidado em saúde.

Financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Agradecimentos: Curso de graduação em Enfermagem da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); Programa de Pós-graduação em Enfermagem (PPGenf) UFFS.